



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 28, DE 2020

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2018, do Senador Wilder Moraes, que Altera o art. 267 do Código Brasileiro de Trânsito, para tornar obrigatória a conversão de multa em advertência, nos casos de infrações leves ou médias de motoristas não reincidentes, e sobre o Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2018, do Senador Dário Berger, que Altera o art. 267 do Código Brasileiro de Trânsito, para obrigar a conversão de multa em advertência nos casos de infrações leves ou médias de motoristas não reincidentes, e sobre o Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2018, do Senador Wilder Moraes, que Altera o art. 267 do Código Brasileiro de Trânsito, para tornar obrigatória a conversão de multa em advertência, nos casos de infrações leves ou médias de motoristas não reincidentes.

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet

RELATOR: Senador Fabiano Contarato

19 de Fevereiro de 2020

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 255, de 2018, do Senador Wilder Moraes, que *altera o art. 267 do Código Brasileiro de Trânsito, para tornar obrigatória a conversão de multa em advertência, nos casos de infrações leves ou médias de motoristas não reincidentes* e o Projeto de Lei do Senado nº 370, de 2018, do Senador Dário Berger, que *altera o art. 267 do Código Brasileiro de Trânsito, para obrigar a conversão de multa em advertência nos casos de infrações leves ou médias de motoristas não reincidentes*.

Relator: Senador **FABIANO CONTARATO**

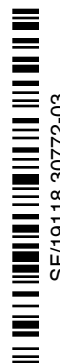
I – RELATÓRIO

Submetem-se a esta Comissão, em tramitação conjunta, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 255, de 2018, do Senador Wilder Moraes, e o Projeto de Lei Senado (PLS) nº 370, de 2018, do Senador Dário Berger.

As duas proposições pretendem tornar obrigatória a conversão de multa em advertência, nos casos de infrações de trânsito leves ou médias de infratores não reincidentes.

A despeito das ementas se referirem a motoristas, a medida proposta se aplica também às infrações cometidas tanto por motoristas quanto por ciclistas ou pedestres.

Nesse intuito, o PLS nº 255, de 2018, que é composto de dois artigos, altera, no art. 1º, o art. 267 do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº



9.503, de 23 de setembro de 1997) para determinar que a multa aplicada por infração de natureza leve ou média será convertida automaticamente em advertência por escrito, sempre que o infrator não houver cometido nenhuma outra infração nos últimos doze meses.

O parágrafo único proposto para o art. 267 possibilita aos ciclistas ou pedestres que já tiverem sido beneficiados com a conversão de que trata o caput ter a multa convertida em participação obrigatória em curso de segurança viária, a critério da autoridade de trânsito.

Outrossim, o art. 2º do PLS dispõe que o *vacatio legis* será de 90 (noventa) dias.

De igual maneira, o PLS nº 370, de 2018, também composto por dois artigos, altera o art. 267 do CTB. A alteração proposta difere da redação dada ao art. 267 pelo PLS nº 255, de 2018, por substituir a expressão “infrator” por “condutor, ciclista ou pedestre”.

O PLS nº 370, de 2018, propõe também a inserção de um parágrafo único ao art. 267 para igualmente possibilitar, em caso de reincidência de ciclista ou pedestre, a conversão da multa em participação do infrator em curso de segurança viária, a critério da autoridade de trânsito.

O art. 2º prevê que a lei que resultar da aprovação do projeto entrará em vigor na data da sua publicação.

As proposições tramitam em conjunto por força do Requerimento nº 646, de 2019, de minha autoria, e foram distribuídas a esta comissão para decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas.

Para o Senador Wilder Moraes, autor do PLS nº 255, de 2018, são raros os casos de aplicação da penalidade de advertência, prevista no Código de Trânsito Brasileiro e, em regra, as autoridades de trânsito aplicam imediatamente a penalidade de multa aos cidadãos que cometem infrações.



Por sua vez, o Senador Dário Berger, autor do PLS nº 370, considera que, em função do disposto no art. 267 do Código de Trânsito Brasileiro, que prevê a aplicação da advertência por escrito, caberia à autoridade competente, ao exercer seu poder-dever de repreender o transgressor, sempre justificar a aplicação da pena mais gravosa, no caso a multa. Porém, de acordo com o autor, isso não ocorre.

Ambos os autores consideram que a medida não acarretará aumento da impunidade, uma vez que os infratores contumazes raramente preencherão os requisitos para a conversão da penalidade de multa em advertência.

II – ANÁLISE

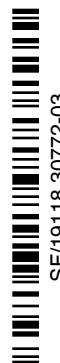
Como a distribuição foi exclusiva a esta Comissão, analisaremos os projetos sob todos os ângulos, quais sejam, sua constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito.

Em relação à constitucionalidade, nada há a se opor, uma vez que a Carta Magna determina, em seu art. 22, XI, que compete à União legislar privativamente sobre trânsito e transporte. Além disso, a matéria aqui tratada não se inclui no rol daquelas com iniciativa privativa do Presidente da República, conforme determina o art. 61, § 1º.

Igualmente, em relação à juridicidade, não há o que se questionar, uma vez que os projetos buscam introduzir suas alterações na legislação pertinente, que é o Código de Trânsito Brasileiro, em vez de produzir legislação esparsa, e apresentam os atributos de inovação, generalidade, abstratividade, imperatividade, coercibilidade, razoabilidade e proporcionalidade.

Entendemos que a tramitação não infringiu nenhum dispositivo do Regimento Interno do Senado Federal.

Quanto a técnica legislativa, devemos adequar a ementa uma vez que a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que se pretende alterar,



institui o Código de Trânsito Brasileiro e não o “Código Brasileiro de Trânsito”.

Por fim, quanto ao mérito, estamos de pleno acordo com os nobres Senadores quanto à justeza de se aplicar primeiro a pena menos gravosa (a advertência), para então, em caso de reincidência, valer-se da punição mais gravosa (a multa).

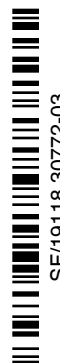
Ademais, a medida proposta é mais objetiva pois condiciona automaticamente a conversão da multa em advertência por escrito desde que o motorista não tenha cometido nenhuma outra infração nos últimos doze meses. Aqui cabe registrar que o critério hoje vigente exige a não reincidência na mesma infração nesse período, quando a autoridade competente entender a medida como mais educativa, ou seja, é uma medida subjetiva.

Ainda assim, como forma de incentivar o fiel cumprimento da legislação de trânsito, considero prudente alongar o prazo previsto para vinte e quatro meses.

Em coerência com os argumentos apresentados, propomos emendas que aperfeiçoam as duas proposições, ficando formalmente aprovado o PLS nº 255, de 2018, que possui a precedência por ser o mais antigo dos dois, conforme determina o art. 260, II, *b*, do Regimento Interno do Senado Federal.

III – VOTO

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2018, e pela rejeição do Projeto de Lei nº 370, de 2018, com as seguintes emendas:



EMENDA Nº 1 - CCJ

Substitua-se, na ementa do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2018, a expressão “Código Brasileiro de Trânsito” por “Código de Trânsito Brasileiro”.

EMENDA Nº 2 - CCJ

Substitua-se, na ementa do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2018, a expressão “motoristas” por “infratores”.

EMENDA Nº 3 - CCJ

Substitua-se, no *caput* do art. 267 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, na forma do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2018, a expressão “doze meses” por “vinte e quatro meses”.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Relatório de Registro de Presença
CCJ, 19/02/2020 às 10h - 5ª, Ordinária
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
EDUARDO BRAGA		1. RENAN CALHEIROS	
SIMONE TEBET	PRESENTE	2. FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE
MECIAS DE JESUS	PRESENTE	3. MARCIO BITTAR	
JADER BARBALHO		4. LUIZ PASTORE	PRESENTE
JOSÉ MARANHÃO		5. DÁRIO BERGER	PRESENTE
CIRO NOGUEIRA		6. DANIELLA RIBEIRO	
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE	7. LUIS CARLOS HEINZE	PRESENTE

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
TITULARES		SUPLENTE	
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	1. ROBERTO ROCHA	
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	2. JOSÉ SERRA	
MARCOS DO VAL		3. RODRIGO CUNHA	PRESENTE
ORIOVISTO GUIMARÃES	PRESENTE	4. LASIER MARTINS	
ALVARO DIAS		5. JUÍZA SELMA	
MAJOR OLIMPIO	PRESENTE	6. SORAYA THRONICKE	PRESENTE

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
TITULARES		SUPLENTE	
VENEZIANO VITAL DO RÊGO		1. JORGE KAJURU	
PRISCO BEZERRA	PRESENTE	2. ELIZIANE GAMA	PRESENTE
FABIANO CONTARATO	PRESENTE	3. RANDOLFE RODRIGUES	
ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE	4. ACIR GURGACZ	
WEVERTON		5. LEILA BARROS	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
TITULARES		SUPLENTE	
HUMBERTO COSTA		1. TELMÁRIO MOTA	
FERNANDO COLLOR		2. JAQUES WAGNER	
ROGÉRIO CARVALHO	PRESENTE	3. PAULO PAIM	PRESENTE

PSD			
TITULARES		SUPLENTE	
OTTO ALENCAR	PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO	
ANGELO CORONEL		2. NELSINHO TRAD	PRESENTE
AROLDE DE OLIVEIRA	PRESENTE	3. CARLOS VIANA	PRESENTE

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
TITULARES		SUPLENTE	
RODRIGO PACHECO		1. ZEQUINHA MARINHO	
MARCOS ROGÉRIO		2. MARIA DO CARMO ALVES	PRESENTE
JORGINHO MELLO	PRESENTE	3. WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE



Relatório de Registro de Presença

Não Membros Presentes

FLÁVIO BOLSONARO

CHICO RODRIGUES

IZALCI LUCAS

JAYME CAMPOS

PAULO ROCHA

Senado Federal - Lista de Jotação Nominal -

(nos termos dos Pareceres)


Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA				1. RENAN CALHEIROS			
SIMONE TEBET				2. FERNANDO BEZERRA COELHO			
MECIAS DE JESUS	X			3. MARCIO BITTAR			
JADER BARBALHO				4. LUIZ PASTORE			
JOSÉ MARANHÃO				5. DÁRIO BERGER			
CIRO NOGUEIRA				6. DANIELLA RIBEIRO			
ESPERIDIÃO AMIN				7. LUIS CARLOS HEINZE	X		
TITULARES - Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANTONIO ANASTASIA	X			1. ROBERTO ROCHA			
TASSO JEREISSATI	X			2. JOSÉ SERRA			
MARCOS DO VAL				3. RODRIGO CUNHA	X		
ORIOVISTO GUIMARÃES				4. LASIER MARTINS			
ALVARO DIAS				5. JUIZA SELMA			
MAJOR OLIMPIO				6. SORAYA THRONICKE			
TITULARES - Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VENEZIANO VITAL DO RÉGO				1. JORGE KAJURU			
PRISCO BEZERRA	X			2. ELIZIANE GAMA			
FABIANO CONTARATO	X			3. RANDOLFE RODRIGUES			
ALESSANDRO VIEIRA				4. ACIR GURGACZ			
WEVERTON				5. LEILA BARROS	X		
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
HUMBERTO COSTA				1. TELMÁRIO MOTA			
FERNANDO COLLOR				2. JAQUES WAGNER			
ROGÉRIO CARVALHO	X			3. PAULO PAIM			
TITULARES - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
OTTO ALENCAR	X			1. SÉRGIO PETECÃO			
ANGELO CORONEL				2. NELSON TRAD	X		
AROLDÉ DE OLIVEIRA				3. CARLOS VIANA	X		
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
RODRIGO PACHECO				1. ZEQUINHA MARINHO			
MARCOS ROGÉRIO				2. MARIA DO CARMO ALVES			
JORGINHO MELLO	X			3. WELLINGTON FAGUNDES			

Quórum: TOTAL 14

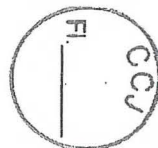
Votação: TOTAL 13 SIM 13 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

* Presidente não votou


 Senadora Simone Tebet
 Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3, EM 19/02/2020

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)



DECISÃO DA COMISSÃO

(PLS 255/2018 e PLS 370/2018)

NA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O PLS 255/2018 COM AS EMENDAS NºS 1-CCJ A 3-CCJ, E REJEITA O PLS 370/2018, RELATADOS PELO SENADOR FABIANO CONTARATO.

19 de Fevereiro de 2020

Senadora SIMONE TEBET

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania